

A RELAÇÃO ENTRE A INFLAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E RETROCESSOS

THE RELATIONSHIP BETWEEN INFLATION AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN CONTEMPORARY BRAZIL: ADVANCES AND SETBACKS

Airton Pereira da Silva Leão¹

Layza Samelyne Lima da Silva²

Valéria Melo Costa Simões³

Mikael Gustavo Portela dos Santos⁴

Resumo: A compreensão das dinâmicas entre inflação, taxas de juros e crescimento econômico constitui um dos pilares centrais da análise macroeconômica contemporânea, sobretudo em um contexto marcado por instabilidades cíclicas, choques externos e constantes ajustes de política econômica. Dentre os principais indicadores, destacam-se a inflação, a taxa de juros e o Produto Interno Bruto (PIB), cuja inter-relação tem sido amplamente debatida na literatura econômica, especialmente no que tange aos seus efeitos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconômica. Nesse sentido, emergem questões fundamentais: em que medida esses indicadores se correlacionam ao longo do tempo? A política de controle inflacionário, por meio da taxa de juros, influencia de forma significativa o desempenho do PIB? E quais evidências empíricas podem ser observadas no

1 Doutor em Administração e Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

2 Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Especialista em Planejamento Empresarial e finanças

3 Mestre em Agricultura e Ambiente, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

4 Graduando em Administração na Faculdade Vale do Aço - FAVALE

contexto brasileiro? Diante dessas indagações, o presente artigo tem como objetivo analisar séries históricas desses indicadores no Brasil, buscando identificar padrões de correlação e compreender a possível influência da inflação sobre o desenvolvimento econômico nacional, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais eficientes.

Palavras chaves: Inflação; Indicadores; PIB; Taxa de juros e Influência.

Abstract: Understanding the dynamics between inflation, interest rates, and economic growth is one of the central pillars of contemporary macroeconomic analysis, especially in a context marked by cyclical instabilities, external shocks, and constant adjustments in economic policy. Among the main indicators, inflation, interest rates, and Gross Domestic Product (GDP) stand out, whose interrelationship has been widely debated in the economic literature, especially regarding their effects on growth and macroeconomic stability. In this sense, fundamental questions emerge: to what extent do these indicators correlate over time? Does inflation control policy, through interest rates, significantly influence GDP performance? And what empirical evidence can be observed in the Brazilian context? Given these questions, this article aims to analyze historical series of these indicators in Brazil, seeking to identify correlation patterns and understand the possible influence of inflation on national economic development, contributing to the academic debate and the formulation of more efficient public policies.

Keywords: Inflation; Indicators; GDP; Interest Rate and Influence.

INTRODUÇÃO

A inflação é um tema recorrente nos estudos econômicos devido ao seu impacto direto na vida das pessoas. Compreender a dinâmica que impulsiona a taxa de inflação é importante para

entender a direção econômica de um país. Devido à complexidade dos fatores que determinam a taxa de inflação, é necessário um amplo conhecimento de diversos temas relacionados à economia. Segundo Nguyen (2019), “parece haver um consenso entre os economistas de que a inflação alta afeta negativamente o desenvolvimento, mas as causas da inflação ainda são debatidas, pois afeta preços e custos em todos os setores da economia.”

De acordo com Omar (2008), “É importante notar que existem relações estreitas entre a taxa de juros e importantes variáveis econômicas como inflação, desemprego, taxa de câmbio, fluxos de capitais, a estrutura do balanço de pagamentos e o nível da dívida externa e interna. Segundo Friedman (1963), “a inflação é sempre um fenômeno monetário que está em toda parte”. O crescimento econômico dos países é um dos principais objetivos de economistas e governos. De acordo com Chirwa et al. (2019), “O crescimento econômico é um fenômeno importante para todas as economias do mundo”.

De acordo com Chirwa et al. (2019), “se os governos soubessem qual o caminho a seguir ao se deparar com uma recessão para provocar o crescimento econômico do país, o mundo seria um lugar melhor”. Ao examinar essas variáveis, os economistas podem criar modelos econômicos para prever como as variáveis se comportarão no futuro.

Segundo Kuosmanen et al. (2017), “Prever como a economia vai se comportar é uma tarefa complexa quando envolve o uso de modelos sofisticados, técnicas avançadas e muitas variáveis de previsão.” De acordo com Heinisch et al, “as previsões macroeconômicas são um grande desafio, pois as variáveis envolvidas e os indicadores estão sujeitos a variações que tornam as informações utilizadas inicialmente diferentes da nova realidade no futuro”.

A condução da política monetária vem sendo dominada por duas visões concorrentes, quer seja a adoção de uma regra fixa de comportamento para o banco central, associada às correntes monetarista e novo-clássica, ou a discricionariedade no uso de seus instrumentos, mais ligada ao pensamento keynesiano. Os pontos principais de tais propostas serão agora examinados com mais detalhes, identificando elementos que nortearam o debate e levaram, posteriormente, a uma

aproximação dessas propostas, dentre as quais o sistema de metas de inflação figura como uma das mais importantes.

O objetivo que esse trabalho traz consigo é, utilizar de informações estudadas e discutidas para assim trazer informações sobre a inflação no desenvolvido do nosso país. Este trabalho buscou verificar se existe uma relação entre o comportamento da inflação e a taxa dos juros brasileiros, base para a análise de séries históricas de indicadores econômicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Inflação

De acordo com o Banco Central do Brasil, entende-se por inflação o aumento do preço de bens e serviços, medida pelos índices de preços. Segundo Cyrillo (2017), a taxa de inflação é um indicador do aumento percentual do nível geral de preços. Dependendo da faixa temporal adotada para a medida da taxa de inflação, costumeiramente ao mês ou ao ano, podemos ter uma ideia de quanto custará um produto ou um serviço no período seguinte.

Os governantes, por meio de seus ministérios da economia, procuram manter a taxa de inflação baixa, pois uma taxa de inflação alta prejudica muito a saúde financeira da população, em especial as camadas menos favorecidas em termos de patrimônio. A inflação é vista quando há uma alta generalizada dos preços, vista em todos os setores da economia ao mesmo tempo.

Segundo Rossetti (2016), a inflação alcança, quando se instala efetivamente, todos os produtos, ainda que com intensidades variadas. Outro fator que é afetado pela inflação é a dívida pública. Uma inflação muito alta faz com que o custo da dívida pública aumente, pois, as taxas de juros precisam não apenas equilibrar com a inflação, como também precisam estabelecer um prêmio de risco associado às incertezas que uma inflação muito alta geram.

Outra incerteza que podemos observar é gerada por uma inflação mais alta que o aceitável envolve a distorção dos preços relativos. Com uma inflação muito alta, pessoas e empresas perdem a

noção dos preços relativos, ou seja, não é possível avaliar com exatidão se um produto ou serviço está caro ou barato.

Isto é outra consequência negativa da inflação alta na vida de pessoas de baixa renda, pois é uma previsão complexa a se fazer e é de alto impacto cotidiano, pois produtos essenciais à sobrevivência como água, energia e comida são afetados pela inflação. A inflação é um processo dinâmico, não apenas a constatação observável de que os preços estão maiores que o normal. “Nas inflações ascendentes, os índices de variação de preços mudam de patamar, reproduzindo-se em níveis cada vez mais altos” (ROSSETTI, 2016, p. 744).

No Brasil, não há um índice oficial para a inflação, porém, a inflação costuma ser medida por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é usado pelo Banco Central para fins orientativos. Este índice determina a inflação medindo a variação do custo de uma cesta de produtos que são comuns no dia-a-dia de famílias brasileiras com renda mensal compreendida entre 1 e 40 salários mínimos. Alguns exemplos de produtos que compõem esta cesta incluem: alimentos, roupas, aluguel de imóveis, comunicação (telefonia e internet) e transporte público. A credibilidade da medição da inflação por este método é dada através da conferência feita pelo IBGE.

O Banco Central do Brasil confia nesta medida aproximada para tomar decisões importantes em termos de economia, pois é por meio da previsão da inflação que os economistas recomendam as medidas de controle, que impactam a população em geral. O uso de IPCs (Índices de Preços ao Consumidor) é um dos índices mais utilizados do mundo para o cálculo da inflação. “Os IPCs têm abrangência regional, dado que os hábitos e os bens de consumo variam de região para região,” (ROSSETTI, 2016, p. 744). Ainda segundo Rossetti, “se for o caso de se querer medir a inflação de um país continental como o Brasil, são extraídas médias ponderadas por regiões”.

Pode ocorrer em determinado momento o fenômeno da deflação, que é a taxa de inflação abaixo de zero. Uma inflação negativa não necessariamente é um fator positivo, pois a deflação prejudica o crescimento do produto. “Uma deflação persistente reduz a demanda da economia, o que

se reflete em uma redução do nível do produto. Portanto, na presença de deflação a economia tende à recessão e a recuperação é mais difícil.” (CYRILLO, 2019). Segundo Rossetti (2016), “a deflação é uma redução nas atividades econômicas que acompanha uma queda sistemática dos preços”. A deflação não deve ser confundida com a desinflação, que segundo Rossetti (2016) “é a redução ou eliminação da inflação”.

A inflação é um fenômeno econômico de caráter monetário, que tem como característica mais marcante a depreciação da moeda, causada pelo aumento dos preços e consequente diminuição do poder de compra. Segundo Rossetti (2016), “seria muito difícil explicar todos os tipos de inflação que existem pois eles são muitos”.

Taxa de Juros

Para compreender o conceito de taxa de juros, primeiramente precisamos entender o significado de juros. Conceitualmente juro é a remuneração sobre o capital, em um período determinado, com uma taxa (percentual) também determinada, ou seja, o valor da remuneração é determinado pelo valor da taxa no período considerado, sendo está a remuneração que se recebe pelo empréstimo do capital. Geralmente, os juros são maiores caso a quantia emprestada seja muito alta ou se caso se tratar de um empréstimo arriscado.

A taxa de juros é o resultado numérico da divisão entre os juros totais e o capital sobre os quais esses juros incidiram. A taxa de juros é expressa em porcentual anual, pois os juros costumam ser calculados no período de um ano, embora também seja bastante usada a taxa de juros mensal, que corresponde aos juros obtidos no período de um mês (Máximo,2022).

Os dois tipos de cálculo de juros mais utilizados são os juros simples e juros compostos. O juro simples é um cálculo onde é estabelecida uma taxa constante de juros aplicada sobre o montante inicial e o rendimento é constante ao longo do prazo estabelecido previamente. Já o juro composto por sua vez, são mais utilizados pelas instituições financeiras em geral. Nesse modelo, a taxa de juros

é aplicada no montante total ao final do período anterior, sendo o montante a soma dos juros com o capital inicial.

No Brasil, a taxa básica de juros é chamada de Taxa Selic. Segundo o Banco Central do Brasil (2021), a taxa Selic, que significa Sistema Especial de Liquidação e Custódia, “influencia todas as taxas de juros do país, sejam elas para empréstimos, aplicações e financiamentos”. A Selic é atualmente definida a cada 45 dias pelo Copom, o Comitê de Política Monetária, um órgão do Banco Central cujos membros se reúnem para apresentar argumentos que embasem a decisão final que é o estabelecimento da Selic do período.

Segundo o site do Banco Central do Brasil (2021), “a reunião leva em conta o cenário econômico mundial, a perspectiva da economia brasileira e a inflação medida pelo IPCA”. Ainda segundo o Banco Central (2021), “uma vez definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto, comprando e vendendo títulos públicos federais, para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião”.

Produto Interno Bruto

De acordo com o site do IBGE, a definição de Produto Interno Bruto (PIB), é “a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”. O PIB é amplamente usado para medir o fluxo da produção total de bens e serviços de um país. Em termos numéricos, se um país não produzisse nada durante um período, o PIB nesse dado período seria zero. Para fazer a medição do PIB, utilizam-se os valores de mercado de todos os produtos.

Segundo Mankiw (2019), como os preços de mercado medem o montante que as pessoas estão dispostas a pagar por diferentes bens, eles refletem o valor desses bens. O PIB procura ser o mais abrangente possível, incluindo no seu cálculo produtos de todos os ramos. Por exemplo, junta-se o valor de frutas com “o valor dos livros, ingressos de cinema, cortes de cabelo, serviços de saúde, e assim por diante” (MANKIW, 2019).

Cada país calcula o PIB na sua própria moeda. No Brasil, o IBGE é o responsável pelo cálculo oficial, a partir de uma série de dados coletados de pessoas físicas e empresas. De acordo com o site oficial do Instituto, a partir do PIB, podemos analisar também o PIB per capita, que é a divisão do PIB total pelo número de habitantes do país, para saber se a renda média da população aumentou ou regrediu; podemos comparar o PIB do Brasil com o PIB de outros países no mesmo período de tempo, para analisar o desempenho da produtividade do país inteiro como um todo, e traçar a evolução do PIB ano a ano, para saber se as ações dos economistas do governo estão surtindo efeitos positivos ou negativos para a economia. Assim, podemos traçar uma relação entre o crescimento do PIB com o desenvolvimento de países.

Um conceito que está atrelado ao PIB é o conceito de Produto Nacional Bruto (PNB). Segundo o site Dicionário Financeiro, “o PNB corresponde ao conjunto de bens e serviços produzidos por pessoas e empresas do país não importando onde, considerando o critério da nacionalidade”. O PNB se diferencia do PIB a partir de que um cidadão do país possa ter negócios e patrimônios no exterior. Nesse caso, o patrimônio entra no cálculo do PNB, mas não entra no cálculo do PIB, pois no cálculo do PIB só é admitido o patrimônio localizado dentro do país.

No caso do PNB, existe ainda outro fator que entra no cálculo e ajuda a entender melhor o conceito: trata-se da Renda Líquida de Fatores Externos (RLFE). Segundo Vasconcellos (2015), RLFE “é a remuneração dos ativos pertencentes a estrangeiros.” Esta renda pode ser dividida em dois fatores: primeiro, a renda que provém de empresas nacionais que operam no exterior, e também, a remuneração a ser paga para estrangeiros devido ao uso de tecnologias pertencentes a eles, por exemplo, no caso de tecnologia. Somando o PIB à RLFE, obtemos o valor do PNB. Segundo Vasconcellos (2015), “o Brasil, assim como a maioria dos países emergentes, possui um PNB menor do que o PIB, devido a altas remessas de juros, lucros e royalties aos estrangeiros”.

Outro fator que diferencia o PIB do PNB é a ideia de que o PIB pode ser calculado em territórios menores que um país, por exemplo. Prefeituras de cidades e governos estaduais também fazem o cálculo do PIB para medir o crescimento econômico das cidades e estados, e comparar com

outras unidades federativas, para saber se é necessária alguma intervenção. O conceito de PNB é restrito à soma dos bens e serviços de um país inteiro, considerando todas as unidades federativas componentes.

Para entender o cálculo do PIB, é interessante saber diferenciar os conceitos de “bens” e “serviços”. De forma resumida, um bem é tangível, por exemplo, comida, peças de roupas, carros, aparelhos eletrônicos e acessórios. Já um serviço é algo intangível, como por exemplo, uma faxina em uma casa, um conserto de um aparelho ou uma consulta a um terapeuta. Estes conceitos se relacionam juntos com o conceito de Produto Interno Bruto no sentido que o cálculo do PIB soma o valor de ambos para chegar ao resultado.

Segundo Mankiw (2019) ele mostra um exemplo interessante de como a mesma situação pode ser vista de dois jeitos diferentes, e em ambos os casos a transação entra no cálculo do PIB. “Quando você compra um CD da sua banda predileta, está comprando um bem, e o preço de compra faz parte do PIB. Quando você paga para assistir a um show da mesma banda, está comprando um serviço, e o preço do ingresso também faz parte do PIB”.

O PIB é subdividido em quatro componentes principais, cujo valor é igual à soma numérica destes componentes. São eles: consumo, investimento, compras do governo e exportações líquidas. O consumo compreende os gastos da população com bens e serviços regulares, com exceção da compra de casas. Um investimento é a aquisição de bens de capital cuja intenção é produzir novos bens e serviços futuramente.

Segundo Mankiw (2019), “a compra de uma casa, por convenção, é classificada como um investimento, e não como consumo”. Os investimentos por sua vez são subdivididos em: capital empresarial, que compreende as estruturas, equipamentos e propriedade intelectual de uma empresa; capital residencial, que compreende os imóveis disponíveis para aluguel e a residência do proprietário; e os estoques, que são os produtos disponíveis para consumo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi feita a partir de uma revisão bibliográfica onde foram selecionados artigos científicos, livros e notícias levantados entre julho e agosto de 2022, através da ferramenta de busca do Google Acadêmico. A busca se deu pela temática que contemplasse assuntos relacionados com a inflação, taxa de juros e PIB. E dentro das possibilidades encontradas, foram escolhidos alguns artigos que eram mais íntimos ao tema. Foram assim selecionados artigos que envolviam: Inflação, Taxas de juros e PIB, o que resultou em 16 artigos.

A amostra de estudos que fundamentaram também como referências bibliográficas para o conhecimento e desenvolvimento deste artigo foi constituída por artigos e notícias em português, completos e disponíveis, com publicação entre janeiro de 2005 até meados de 2022.

Aplicando estes critérios a teste de viabilidade, foram inicialmente considerados 26 artigos, 4 notícias e 1 livro. Alguns menos atuais, porém de uma rica abordagem, e após uma breve análise esse número foi reduzido, e chegando ao número de 13 referências. E através dessa abordagem, foi constatado como essa temática vem sendo bem discutida, porém pouco contemplada e que requer um melhor aproveitamento quanto a sua amplitude e atualidade.

Portanto, trata-se aqui de uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever pesquisas anteriores e analisar como são abordados esses conceitos por outros autores. Então, decorre da descrição sistemática qualitativa. Dessa maneira, o trabalho foi dividido em algumas etapas para que ajudaram a construí-lo e fornecer uma melhor exposição do mesmo. Ficou previamente estabelecido que as etapas seriam: Esboço da pesquisa; pré-análise dos artigos; exploração do material; tratamento dos resultados e conclusões a respeito.

Dentro da primeira etapa, ficou claro que esta pesquisa se fez necessária para que fosse feito um esboço norteador, onde ficou estabelecido como as buscas deveriam ser direcionadas, estabelecendo ferramenta de busca, temas que previamente deveriam ser abordados e o contexto histórico que se fazia presente dentro do tema, transformações.

O trabalho pretende expor as relações entre as taxas de juros, de inflação e PIB do Brasil de uma maneira mais visual, para que o leitor possa compreender de forma mais fácil os dados e tirar suas conclusões a partir dos resultados. Para providenciar uma melhor visualização dos dados, este trabalho conta com a elaboração de gráficos e tabelas que compilam e organizam os dados, para transformar a grande quantidade de números em algo que possa ser interpretado de forma mais rápida e simples, sem perder o significado complexo que os dados representam.

Na segunda etapa, foi realizada uma leitura de todos os resumos dos artigos, notícias e do livro. Dentro dessa etapa, foi feita uma separação e organização dos materiais escolhidos e dos não aproveitáveis. A partir disso, foi feita a leitura integral dos materiais selecionados e uma análise, que foi aproveitada dentro do referencial teórico deste artigo.

Na penúltima etapa desta divisão, foi feita a interpretação e possíveis inferências que aconteceram ao longo dos anos acerca do tema abordado. Assim, essa parte foi fundamental para a elaboração da análise e discussão dos resultados obtidos e as considerações finais do tema.

E por fim, foi feita uma leitura do artigo e feitas algumas correções e melhorias contextuais e gramaticais, desta forma buscou-se alcançar o êxito dentro de tudo que foi planejado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Plano Real foi implantado, dentre vários objetivos, para combater a hiperinflação, que naquele momento era um problema gravíssimo que nosso País enfrentava. Segundo o Banco Central do Brasil (2021), “antes do lançamento do Real, a inflação acumulada em 12 meses chegou a 4922% em junho de 1994”. O Plano Real cumpriu este objetivo, trazendo a inflação para níveis mais baixos, como é observável na série histórica. Outro fator que influenciou nas variações da inflação foram as diferentes políticas monetárias realizadas por diferentes governos, entre 1997 e 2021.

Nos primeiros anos do Plano Real, a taxa Selic era bastante elevada, visto que seguia acompanhando a inflação, entretanto, ao observar a série histórica, é possível perceber uma acentuada

diminuição do valor das taxas ao longo dos anos, atingindo os valores mais baixos quando próximos de 2020.

A dispersão dos pontos em relação à reta de regressão também mostra que os valores das taxas de inflação e das taxas de juros apresentam uma grande dispersão entre si, significando os diferentes cenários econômicos que o Brasil observou, sendo eles positivos quando estas taxas estão baixas, significando um maior poder de compra e estabilidade da moeda, sendo um claro exemplo onde podemos ver essa relação, e também negativos quando os valores se encontram acima da reta de regressão, significando que as taxas estão elevadas, o que não seria bom para a economia doméstica.

Assim, o PIB apresenta uma diferença formidável quando o comparamos com a inflação e com a taxa de juros, isso porque o PIB se mostra um indicador mais engessado. Os dois indicadores tiveram um aumento gradual ao longo do decênio 2001-2010, e se manteve flutuante na década posterior.

Portanto, vimos como esses indicadores aqui colocados são de suma importância quando falamos em desenvolvimento do nosso País, isso porque quando as taxas estão altas é reflexo de uma taxa de juros elevada e, portanto, uma elevada inflação também, isso faz com que o PIB cresça a uma margem pequena e que dificulta a evolução da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que tratam da relação entre inflação e crescimento têm constatado que a relação entre estas variáveis é não linear, confirmando as predições da teoria que os custos são altos quando a inflação é alta, mas também reconhecendo em boa medida que o efeito pode ser benéfico caso a inflação seja positiva e baixa.

A diferença que existe na taxa de inflação de quebra entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é um resultado robusto dos testes empíricos apresentados neste capítulo, e o valor da quebra para os países em desenvolvimento sempre aparece mais alto que aquele para países

desenvolvidos. A implicação deste resultado é que os países em desenvolvimento podem admitir uma meta de inflação diferente dos países desenvolvidos, ou seja, um valor um pouco mais elevado.

Por isso, este trabalho fez uso de dados e materiais obtidos em fontes oficiais de órgãos nacionais e internacionais para a confecção de séries históricas das taxas de inflação, de juros, de PIB. Em outros pares, como por exemplo na regressão entre inflação e taxa de juros, a correlação é observável no sentido de que ambos os dados, apresentam oscilações semelhantes.

Outro resultado notável obtido que merece uma menção é a relação encontrada entre o PIB e as taxas de inflação e de juros. Assim, podemos observar e ver que quanto menor a inflação e as taxas de juros, maior será o PIB obtido pelo País. E, portanto, essa será a relação mais próxima obtida entre os três indicadores.

E assim, isto pode servir para ilustrar que as metas governamentais para manter estas taxas as mais baixas possíveis são benéficas para a economia, pois o aumento do PIB é um indicador de uma economia saudável. Alguns países, especialmente aqueles que possuem índice de desenvolvimento humano (IDH) mais elevado, disponibilizam as informações econômicas na internet. Sendo assim, é possível montar séries históricas para estes países e repetir este estudo para verificar se as correlações também existem.

Para analisar diferentes realidades econômicas, é interessante analisar também as séries históricas de países com IDH menos elevado. O acesso à informação de alguns desses países nem sempre é fácil, porém, entende-se interessante realizar as regressões usando as informações destes países. Desta forma, é possível checar se as relações também são encontradas para as economias menos desenvolvidas.

Além disso, o Brasil é o único país no mundo onde o banco central determina diretamente as taxas de juros que remuneram a dívida pública e essas são usadas também como meta operacional de política monetária, determinando o custo das reservas bancárias. Essa situação anômala constitui uma herança da era da alta inflação que ainda permanece intacta.

Em suma, a inflação no Brasil tem sido basicamente de custos e explicada principalmente

por choques de oferta, negativos ou positivos (movimentos na taxa de câmbio, mudanças nos preços internacionais de commodities e de energia, etc.), e por uma inércia parcial causada pela indexação dos preços administrados.

Dessa maneira, este trabalho objetivou analisar e tentar observar como a inflação e os demais indicadores econômicos atuam na perspectiva desenvolvimento de uma evolução da economia e assim do próprio País.

REFERÊNCIAS

AHMED, Khalid; JAHANZEB, Agha. Does financial development spur environmental and energy-related innovation in Brazil? *International Journal of Finance & Economics*, New Jersey, v. 26, n. 2, p. 1706-1723, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343391640_Does_financial_development_spur_environmental_and_energy-related_innovation_in_Brazil. Acesso em: 15 ago. 2022.

AIDAR, G. The New Keynesian Phillips curve: a critical assessment. In: *DISTRIBUTION and Aggregate Demand*, First Young Researchers. Workshop of Theoretical and Applied Studies in Classical Political Economy. Roma: Tre University. 2012.

AMITRANO, C. Liderança, dinamismo e comando: uma análise setorial do mercado formal de trabalho brasileiro. In: SQUEFF, G. *Dinâmica macrossetorial brasileira*. Brasília: Ipea, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é inflação. Brasília: Banco Central do Brasil, [2021]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Plano Real. Brasília: Banco Central do Brasil, [2021]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BARBOSA, N.; PESSOA, S.; MOURA, R. Política de salário mínimo para 2015-2018: avaliações de impacto econômicos e sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, FGV, 2015.

BASTOS, C.; JORGE, C.; BRAGA, J. Análise desagregada da inflação por setores industriais da

economia brasileira entre 1996 e 2011. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 2, p. 261-279, 2015.

CHIRWA, Themba; ODHIAMBO, Nicholas. The nexus between key macroeconomic determinants and economic growth in Zambia: a dynamic multivariate Granger causality linkage. p. 301-327. *Empirical Economics*, Viena, 2019. Disponível em: <https://link-springer-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007%2Fs00181-018-1439-2>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CUNHA, Bruno Scola Lopes da. *Análise da Influência do Óleo Diesel e da Gasolina Automotiva sobre a Inflação Nacional* / Bruno Scola Lopes da Cunha. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015.

CYRILLO, Denise Cavallini. *Introdução à inflação*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2017. p. 7 – 9. Disponível em: https://www.fea.usp.br/sites/default/files/videos/anexos/aula_05_-_apostila_-_introducao_a_prof_denise.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

FRIEDMAN, Milton. *Inflation: causes and consequences. first lecture. Dollars and Deficits: inflation, monetary policy and the balance of payments*, Englewood Cliffs, 1963. p. 21-46. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/271018/full>. Acesso em: 17 ago. 2022.

KUOSMANEN, Petri; VATAJA, Juuso. The return of financial variables in forecasting GDP growth in the G-7. *Economic Change and Restructuring*, Amsterdam, v. 50, n. 3, p. 259-277, 2017. Disponível em: <https://link-springer-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007%2Fs10644-017-9212-7>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MANKIW, Nicholas Gregory. *Introdução à economia*. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

MÁXIMO, Pedro Henrique Martins. *A influência da inflação e da taxa de juros no desenvolvimento do Brasil* / Pedro Henrique Martins Máximo – Guaratinguetá, 2022.

NGUYEN, Tai Dang. Impact of government spending on inflation in Asian emerging economies: evidence from India, China, and Indonesia. *Singapore Economic Review*, Cingapura, v.64, n. 5, p. 1171-1200, 2019. Disponível em: <https://www-worldscientific-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1142/S0217590816500338>. Acesso em: 17 ago. 2022.

OMAR, Jabr Hussein Deeb Haj. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/qbJy8N3grsgYvzCYJVnDB6D/?lang=pt#>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016.